

Avaliação da metodologia de reassentamento dos atingidos pela Barragem do Castanhão, Ceará

Evaluation of the resettlement methodology of the affected people by Castanhão Dam, Ceará

Évaluation de la méthodologie pour la réinstallation des personnes touchées pour le Barrage du Castanhão, Ceará

Evaluación de la metodología de reasentamiento de los afectados por el dique del embalse Castanhão, Ceará

*Francisca Silvania de Sousa Monte**

*Luiz Antônio Maciel de Paula***

Resumo: O objetivo deste trabalho é avaliar a metodologia do Plano de Reassentamento das famílias atingidas pela Barragem do Açude Castanhão, localizada na região centro-sul do Ceará. É importante compreender como se deu a participação dos sujeitos envolvidos nessa grande obra pública de infraestrutura hídrica. Para tanto, foram realizadas entrevistas com líderes comunitários, representantes da Igreja Católica, técnicos e atingidos pela Barragem, possibilitando a avaliação na percepção dos principais atores. Conclui-se que a relação das comunidades com o Estado foi sempre muito difícil, apesar da utilização de uma abordagem participativa. Verifica-se que o desenvolvimento das etapas de trabalho estava em consonância com a referida estratégia, mas ainda necessitando de adequações à realidade do assentamento involuntário.

Palavras-Chave: Plano de reassentamento; avaliação; metodologia participativa.

Abstract: The objective of this paper is to evaluate the methodology of the Plan of Resettlement of the families reached for the Barrage of the Castanhão Dam, located in the region center-south of the Ceará. It is important to understand as if it gave the participation of the involved citizens in this great public work of hydro infrastructure. For in such a way, interviews with leaders communitarian, representative of the Church had been carried through Catholic, technician and reached by the Barrage, making possible the evaluation in the perception of the main actors. One concludes that the relation of the communities with the State was always very difficult, although the use of a participative approach. It is verified that the development of the stages of work was in accord with the related strategy, but still needing adequacies to the reality of the involuntary nesting.

Keywords: Resettlement plan; evaluation; participatory methodology.

* Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora do departamento de Economia Doméstica e do corpo docente do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silvaniamonte@uol.com.br.

** Doutor em Economia Agrícola pela Universidade do Tennessee, EUA, é professor do departamento de Economia Agrícola e membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ldepaula@ufc.br.

Introdução A abordagem tradicional de extensão rural utilizou como instrumento de ação o crédito rural aliado à elaboração de projetos de financiamentos, tratados constantemente como se fossem projetos de desenvolvimento (Fonseca, 1985; Souza, 1995). Em geral, as ações das instituições públicas e de técnicos que atuam no setor rural foram fortemente influenciadas pela escola difusionista de pesquisa agrícola e extensão rural (Souza, 1995).

Por considerar que esta abordagem tradicional não foi suficiente nem adequada para o desenvolvimento das comunidades rurais, algumas instituições têm optado por práticas alternativas que incluem o planejamento participativo para a implantação de programas sociais e de infraestrutura. Desde os anos 1990, um modelo chamado inicialmente de "autodiagnóstico" e depois intitulado Intervenção Participativa dos Atores – INPA (Souza e Furtado, 2000) foi desenvolvido e implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – IDACE com o objetivo de estimular os agricultores assentados a refletirem sobre a sua realidade, conhecerem a si mesmos, problematizarem sobre a sua situação e apontarem alternativas de solução para os problemas identificados por meio da formulação de planos de desenvolvimento, denominados planos de ação. O modelo prevê que essa abordagem será capaz de gerar "núcleos de assentados capacitados para a gestão participativa do Assentamento; renda agropecuária adequada capaz de dar sustento às famílias o ano todo; autossustentabilidade do assentamento e abertura do processo de emancipação do mesmo da tutela do Estado" (IDACE, 1996, p. 1).

Com o processo de desapropriação das áreas atingidas pela Barragem Castanhão¹, o IDACE adaptou essa metodologia para ser utilizada por ocasião da elaboração do plano de reassentamento das famílias localizadas na área rural de inundação.

Verifica-se que esta metodologia enquadra-se no contexto das teorias de pesquisa participante (Hurtado, 1992; Brandão; 1984; Freire, 1983). Entretanto, o modo particular como ela foi concebida carece de registros na literatura científica. Além disto, a análise contínua da implementação e a avaliação dos resultados, requisitos básicos do autodiagnóstico, ainda não foram efetivadas neste caso particular.

Em se tratando de projetos comunitários que resultam de políticas públicas, é preciso considerar como alguns problemas surgem e repercutem nas instituições responsáveis, o que é feito sobre eles e como a avaliação de programas e projetos influencia na determinação desses problemas e nas soluções procuradas, uma vez que o objetivo principal da avaliação é contribuir para a melhoria social, suprimindo as instituições com informações essenciais (Mark; Henry; Julnes, 2000). No estágio seguinte à implementação de um programa ou projeto, devem ser procedidas a revisão e a reconsideração dos mesmos. Neste estágio, o papel institucional é reexaminar os problemas, metas, objetivos e operações. As questões relevantes identificadas na revisão dos programas e projetos devem ser usadas para monitorar a implementação, mostrar resultados que não são aparentes, explicar impactos e dar sugestões.

Segundo Rossi, Freeman e Lipsey (1999), entre as questões típicas da avaliação formativa, ou de processo, estão aquelas relativas à operação do programa e à entrega dos serviços. Por exemplo, é necessário identificar se os objetivos administrativos e de serviço estão sendo realizados, se os beneficiários estão satisfeitos e se as funções de pessoal (técnicos), administrativas e organizacionais estão sendo bem desempenhadas.

Avaliação formativa é, portanto, aquela desenhada para facilitar o aperfeiçoamento de programas. De acordo com Faria (1998, p. 45), a avaliação formativa é aquela que possibilita ao avaliador

“acompanhar, observar e testar o ‘desempenho’ do programa para aprimorá-lo”. Durante o acompanhamento, podem ser diagnosticadas falhas nos instrumentos, nos procedimentos, nos conteúdos e nos métodos.

Assim, dentro do contexto de um projeto de construção de grande barragem e reassentamento de um número significativo de famílias, é provável que os atingidos acabem sendo apenas figurantes e não participem como atores importantes no processo.

Portanto, este trabalho pretende avaliar como a metodologia do plano de reassentamento foi implementada, considerando o seu aspecto participativo. As fontes e os métodos de coleta de dados incluíram entrevistas com líderes comunitários, representantes da Igreja Católica de Jaguaribara, técnicos do IDACE e atingidos pela Barragem, em pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na região desde o ano de 1999.

O Plano de Reassentamento do Castanhão: estratégias desenvolvidas institucionalmente junto à população do reassentamento rural

Com o objetivo de estudar a intervenção institucional no processo de reassentamento dos atingidos da barragem do Castanhão, foi analisada a sequência descrita no Plano de Reassentamento elaborado pelo IDACE.

Nivelamento dos Conhecimentos Técnicos

A primeira etapa do Plano deve ser realizada por meio de levantamento e análise de dados secundários e pesquisa de campo. De acordo com os técnicos, com as oficinas de capacitação previamente realizadas, percebeu-se que era possível adaptar a metodologia, para os reassentamentos de famílias rurais atin-

gidas por obras de infraestrutura. Seria uma maneira de trabalhar para “os trabalhadores entenderem a gente e a gente entender os trabalhadores. Nem seria só a nossa fala, nem só a fala deles; encontrar um meio-termo” (palavras de um dos técnicos).

O trabalho dos técnicos do IDACE teve início na região em dezembro de 1996. Antes de ir a campo, fizeram o levantamento de dados e buscaram informações secundárias na região. A principal fonte de informação foi a Igreja, na pessoa da irmã Bernadete. Foi por intermédio da Irmã que se identificaram as lideranças e o grau de organização de cada comunidade. Antes, já havia sido feito um levantamento de dados gerais, tais como informações sobre educação e saúde, junto à Prefeitura. Outras instituições públicas e sindicatos foram visitados para o levantamento de dados. De posse dessas informações, os técnicos se dirigiram às comunidades.

No início dos trabalhos, logo após a chegada da equipe em Jaguaribara², algumas comunidades vieram até os técnicos antes que eles fossem visitá-las. Foi o caso de Malhada Vermelha, uma das primeiras comunidades a serem trabalhadas. Além de Malhada Vermelha, vieram representantes de Barra do Rio do Santo, de Alagamar e de Aningas.

Como já foi dito, a metodologia que vinha sendo utilizada em assentamentos de reforma agrária sofreu algumas adaptações. A abordagem é a mesma, mas as dificuldades são bem maiores. Isto ficou claro com o desenrolar dos trabalhos. Por exemplo, existe a particularidade de um universo que abrange quatro municípios. Isto exigia o levantamento preliminar de dados também nos municípios vizinhos, envolvendo Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo e Jaguaribe.

Em Alto Santo, particularmente, visitaram a Igreja local já que a população que foi para o Assentamento Caroba pertencia à paróquia daquele município. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Alto Santo também foi importante fonte de informações. O mesmo não pode ser dito do Sindicato de Jaguaribara, onde o apoio maior foi da Igreja. Foi possível constatar em Alto Santo que as famílias atingidas pelo eixo da barragem em geral, não tinham apoio institucional. Através das informações do padre Juliano, os técnicos visitaram a área. Os próprios dirigentes do Sindicato disseram que raramente iam nessa área, alegando que o acesso era muito difícil.

O trabalho teve início com a nucleação³ prévia. Por meio da ação realizada em Jaguaribara pela irmã Bernadete, já havia uma nucleação que estava registrada em mapa da região onde estavam identificadas as comunidades assistidas pela Igreja. Também havia um cadastro que identificava aproximadamente o quantitativo de pessoas daquelas comunidades. A Igreja já tinha feito um tipo de nucleação e os técnicos passaram a usar o termo já comum àquela região, fazendo algumas adaptações.

Os técnicos também dispunham de dados secundários que resultaram de levantamento do próprio IDACE que fez esse trabalho para a regularização fundiária. Com isto, eles tinham um cadastro com dados sobre proprietários e posseiros.

Definição da Estratégia de Mobilização e Nucleação

Com relação à estratégia de mobilização, a pesquisa também procurou verificar como foi feita a apresentação da proposta de trabalho para a população que ia ser atingida. Os técnicos destacaram que, como o reassentamento do Castanhão é de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e por ter acontecido uma experiência recente e negativa no reassentamento na região do Açude Trussu, no município de Iguatu, houve uma pressão da comunidade em defesa de seus direitos. Em parte por conta desta pressão, o Governo do

Estado assinou um decreto trazendo o reassentamento para o âmbito estadual. Os técnicos também perceberam que seria importante atuar nas reuniões do “grupo⁴”, que era composto por todas as entidades organizadas no município.

A proposta de trabalho foi apresentada parcialmente porque havia sempre uma ou outra questão que a população estava querendo discutir. Como naquele primeiro momento toda a comunidade participava, ou seja, havia proprietário, posseiro e morador, as discussões cresciam para os mais variados temas. Observou-se que os moradores eram os que pareciam menos incomodados. Por outro lado, naquela época, o posseiro queria saber quando iria receber o título e o proprietário queria saber quanto era a sua indenização. Como o IDACE tinha feito o trabalho de identificação, de cadastro e de avaliação para a regularização, ficava sempre a expectativa de que os técnicos teriam as respostas para as suas inquietações.

Identificação de Problemas e Tipificação de Famílias

Nas discussões com os atingidos, os técnicos faziam a apresentação da obra como um todo, destacando que a mesma traria benefícios mas que alguns problemas poderiam ser causados pelo deslocamento da população. O objetivo desta abordagem era estimular os moradores a falar sobre os problemas que eles achavam que iriam enfrentar. À medida que os problemas iam sendo identificados, os técnicos perguntavam de quem era aquele tipo de problema para poder tipificar a família. Neste sentido, foi possível agrupar proprietários, posseiros e moradores e sugerir a conveniência de tratar os detalhes de cada um em separado.

Em um primeiro momento, os atingidos apresentavam os problemas como se todos fossem decorrentes da obra. Os técnicos procuraram mostrar a eles que já existiam outros problemas antigos

e que era necessário identificá-los com precisão para tentarem solucioná-los. A partir daí vieram reuniões em separado. As agendas de discussão nas reuniões foram sendo modificadas de acordo com a realidade de cada grupo.

Autodiagnóstico Preliminar

A pesquisa procurou identificar em que consistia este diagnóstico preliminar e como se deu a participação dos atingidos em sua elaboração. Vale ressaltar que, na primeira reunião, também já se apresentavam os critérios para o reassentamento. Esses critérios de seleção dos reassentáveis foram criados pelo IDACE e já estavam sendo utilizados no Complexo Industrial e Portuário de Pecém (Monte, 1999). Foram feitas algumas adaptações introduzindo critérios que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA já utilizava para os assentamentos de reforma agrária. Quando os técnicos apresentavam os critérios, as pessoas que se enquadravam neles, já começavam a participar das reuniões seguintes.

Naquele momento, os técnicos realizaram um levantamento sobre a renda, selecionando, dentro daquela comunidade que estava sendo trabalhada, uma amostra de 3 a 5 pessoas e começavam a levantar informações sobre receita e despesas familiares. Os técnicos então indagavam se antes da obra a situação deles era diferente daquela que estava sendo apresentada ali. A resposta era sempre da seguinte forma: *"Não, a gente sempre foi assim, sempre trabalhou com o proprietário, nunca teve dinheiro, nunca sobrou muito"*.

De acordo com os técnicos, eles conseguiam enxergar que, além da obra, tinham outros problemas econômicos, sociais, de qualidade de vida. Procurou-se, assim, sensibilizar e mostrar que a vida deles, independente da barragem, não era digna do que eles mereciam. Para os técnicos, chamar atenção para o proble-

ma da renda, de serem explorados pelo proprietário, fazer cálculos das receitas e das despesas e questionar se a situação de educação e saúde era diferente da situação anterior à barragem possibilitou mostrar que o problema já existia.

Aquele momento também possibilitou aos técnicos mais uma comparação entre assentamento e reassentamento. No caso do autodiagnóstico preliminar, a diferença não está apenas na questão do tempo. Fazer um autodiagnóstico em um núcleo, onde as famílias moram em locais distintos e formam relações diferentes de vizinhança e vão encontrar realidades diferentes quando chegarem à área de recepção, não parece coerente com a metodologia. Portanto, a equipe de técnicos decidiu não fazer o autodiagnóstico preliminar considerando que seria mais adequado fazê-lo quando chegassem à área de recepção, dentro do Plano de Ação.

Identificação de Alternativas Gerais de Solução

Trabalhar as alternativas tinha o objetivo de contribuir para que os atingidos enxergassem o futuro. De acordo com os técnicos, era comum ouvir relatos tais como este: *"Um dos nossos problemas é que não temos para onde ir! Sabemos que temos que sair, mas não sabemos para onde!"* Ao mesmo tempo, eles esperavam que os técnicos dissessem que iriam tirá-los de lá e colocá-los em determinada área já escolhida. Naquele momento, os técnicos trabalharam para que eles dissessem para onde queriam ir e mostraram quais seriam as opções: as fazendas e o reassentamento em área de sequeiro ou em área de irrigação. Tinha gente que dizia: *"Eu não quero nenhum desses três! Eu não quero apoio! Eu tomo conta da minha vida!"*

Para os técnicos, isto demonstrava como eles não conseguiam ver a realidade na qual estavam inseridos. O momento seguinte era o da opção: uns queriam ir para as fazendas (reassentamentos), ou-

tros para as áreas de irrigação. A opção foi respeitada e as reuniões seguintes já eram organizadas por grupos específicos.

Definição das Famílias a serem assentadas, Identificação e Escolha de Imóveis de Chegada

Na definição das famílias reassentáveis, aplicavam-se os critérios de seleção anteriormente citados. Os técnicos viam nesse processo a possibilidade de apresentar todos os subsídios para que os atingidos fizessem a opção consciente. Muitos se organizaram e foram em busca de propriedades. Ocorre que uma boa parte das propriedades que eles indicaram foi inviabilizada. Muitas em virtude da pequena dimensão – fazendas com áreas de 350 ou 400 hectares – e outras que eram muito próximas à nova cidade, já que a intenção de muitos deles era de ficar na cidade. Entretanto, a possibilidade de irem para a nova cidade foi excluída, uma vez que somente as famílias que habitavam o núcleo urbano da cidade antiga poderiam optar por isto. Esta decisão dificultou o trabalho dos técnicos porque, neste caso, a vontade dos atingidos deixa de ser concretizada.

Os técnicos reconhecem que eles tinham pouco poder de intervenção a partir do momento que saíam do núcleo para o assentamento. Por exemplo, sabe-se que os técnicos do IDACE trabalharam para a concretização do Projeto de Assentamento Caroba. Foi criado um espaço de trabalho considerável. Em relação ao próprio IDACE, viu-se que era possível realizar um bom Plano de Ação. Mas, se por acaso o INCRA quisesse alijar os técnicos do processo, isto poderia acontecer. Ou seja, trata-se de uma questão de competência para trabalhar no assentamento.

Ainda segundo os técnicos, quando comparados com os trabalhadores rurais sem-terra que lutam pela reforma agrária, os atingidos por barragem são muito frágeis. Os sem-terra enfrentam a lutam

e ocupam as terras. Por outro lado, aqueles que estão sendo transferidos de forma involuntária, têm a concepção de que não deveriam sair dali.

Também não é fácil tratar a questão do individualismo. Tradicionalmente isto era comum para a grande maioria dos agricultores. Muitos não se reuniam nem com a própria esposa para tomar decisões. De repente, eles vão ter que ir para um sistema no qual se trabalha também coletivamente e terão que cumprir uma série de normas.

Quando aconteciam as reuniões para fazerem as opções, os técnicos procuravam explicar que o pessoal dos assentamentos da área de sequeiro, continuaria recebendo a assistência do IDACE. Explicavam que os técnicos iriam acompanhar essas famílias, desde a chegada delas ao assentamento e dando continuidade às reuniões até elaborarem um plano de ação. Quanto às pessoas que escolheram os projetos de irrigação, teriam que se dirigir ao DNOCS e à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, órgãos competentes para aquelas áreas.

Obtenção de Áreas de Chegada e Regularização Fundiária

Uma das limitações para a escolha das áreas era um fator condicionante da própria comunidade. O INCRA passou a apresentar opções em outros municípios tais como Russas e Morada Nova, mas os atingidos preferiam ficar próximos a Jaguaribara. Também colocavam como importante a aquisição de terras nas quais eles pudessem desenvolver a pecuária leiteira, que era uma das tradições deles. Estas particularidades contribuíram para a decisão das famílias que hoje se encontram nos Projetos de Assentamento Caroba e Sossego/Contendas. Entretanto, algumas famílias que optaram pelo assentamento Sossego/Contendas alegaram que depois desistiram da escolha porque as terras não eram boas. Para os

técnicos, essas famílias não queriam se submeter às decisões do coletivo, em particular, à limitação do número de cabeças de gado que cada um poderia ter no assentamento.

Com relação aos critérios para estimar a capacidade das famílias reassumirem suas atividades nas novas áreas, basicamente considerou-se o módulo fiscal⁵ da região, que é de 50 hectares. Como muitas das propriedades indicadas pelos núcleos estavam abaixo deste limite, elas se tornavam inviáveis.

Indenização

Como as áreas a serem desapropriadas para o reassentamento foram indicadas para o INCRA, os critérios considerados para as indenizações dos imóveis eram aqueles do Programa de Assentamento de Trabalhadores Sem Terra do Governo Federal, sobre os quais os técnicos do IDACE não tinham nenhuma ingerência. Vale ressaltar que o IDACE tinha participado de avaliações conjuntas com técnicos do INCRA.

Com relação às indenizações dos atingidos pelas obras da barragem, os técnicos não puderam precisar o número de famílias que foram indenizadas. De acordo com eles, esta informação estaria com o DNOCS. Muitas famílias que foram atingidas ainda não tinham recebido a indenização, uma vez que foi decidida uma ordem de prioridade para o pagamento das indenizações. O pagamento deveria ser feito seguindo uma sequência na qual os primeiros beneficiados seriam aqueles que estavam próximos à barragem e assim sucessivamente até chegar ao último à montante. A intenção era evitar que houvesse a interferência política, beneficiando uns em detrimento dos outros.

Implantação de Infraestrutura Mínima

Em termo de infraestrutura, o que havia nas áreas de chegada era muito

pouco. Existiam algumas casas precisando de reformas, estábulos em estado muito precário e poços profundos também precisando ser recuperados. Em Caroba, por exemplo, havia dois poços que estavam sem funcionar há bastante tempo. Os açudes também estavam precisando de recuperação.

Após a desapropriação e a mudança para as áreas de chegada, os beneficiários passaram a ter acesso aos créditos de instalação fornecidos pelo programa de assentamento. O cronograma de implantação de infraestrutura nos assentamentos não foi cumprido em virtude, principalmente, da falta e/ou da demora na liberação dos recursos financeiros.

Plano de Ação da Área de Chegada

De acordo com os técnicos, o processo de elaboração de um Plano de Ação em assentamentos, sejam eles estaduais ou federais, é sempre muito complexo. O início se dá com a mobilização daquela população. No caso de Caroba, não foi difícil conseguir uma boa participação nas reuniões porque as famílias já estavam morando dentro ou próximas ao imóvel.

Na verdade, Caroba é um caso bastante peculiar tendo em vista que muitas daquelas famílias moravam no local destinado para ser o eixo da barragem. Em parceria com o INCRA, os cadastros foram elaborados e a prioridade no assentamento foi dada aos atingidos, particularmente o pessoal do eixo da barragem. Antes do deslocamento das famílias para a área definitiva, houve um trabalho preliminar que os técnicos denominaram de "um reassentamento provisório". Isto é, os atingidos foram retirados da área de risco e colocados ainda dentro da área desapropriada. Somente em seguida eles foram transferidos para Caroba. Houve um atraso na transferência definitiva que foi causado, em grande parte, pela demora na construção das casas em Caroba.

Já em Sossego/Contendas o processo de transição atrasou a elaboração

do plano. Cabe aqui uma observação que explica os dois procedimentos diferentes: no caso de Sossego/Contendas, a prioridade era a criação e formalização da associação comunitária. Muitas das primeiras inversões no assentamento, tais como a eletrificação, dependiam da constituição desta associação. Desta forma, os técnicos, juntamente com a comunidade, decidiram por um caminho diferente. Depois de seis meses trabalhando na implantação dos créditos, a construção das casas foi se concretizando. Naquele momento, alguns dos atingidos já estavam dentro da fazenda e outros ainda relutavam em ir para lá, mesmo com a disponibilidade de crédito para as casas.

O trabalho era realizado em reuniões semanais e esse tempo era também dividido com os técnicos do Projeto Lumiar⁶. Ou seja, o plano foi elaborado em meio às discussões sobre custeio agrícola, vacinação de gado e outros temas ligados à assistência técnica. Este é um dos motivos pelos quais o plano demorou a ficar pronto. Também havia a angústia dos assentados por resolver de imediato os problemas do dia a dia, que muitas vezes eram trazidos para as reuniões.

A complexidade do trabalho é também visível no relato de um dos técnicos: *"Quando nós fomos pegar os dados secundários, a gente sentiu que essa comunidade, que essas famílias que foram para Caroba, elas não tinham o costume de se reunir... Eles viviam isolados praticamente de tudo e quando nós iniciamos o trabalho, sentimos uma dificuldade tremenda"*.

Transferência das Famílias

Muitos foram os motivos que impediram ou que dificultaram o reassentamento de todas as famílias⁷. Por um lado, existia o problema da não disponibilidade das áreas reivindicadas por eles e também o problema da indenização que não era paga em curto prazo a todos os atingidos. Por outro lado, os próprios moradores decidiam não sair de suas terras enquanto não re-

cebessem a indenização. Argumentavam que tinham medo de sair e não receberem aquilo a que tinham direito.

Além disso, há que se considerar a própria cultura da população que há anos vivia em um sistema individual de exploração da agropecuária e, então, surgia a possibilidade de trabalhar coletivamente. De acordo com um dos técnicos:

"Isso para eles assusta muito; é uma coisa nova. Então, tem que ser muito bem trabalhado e muitas vezes nós não temos tempo para aprofundar nestas questões. Nós iniciamos aqui o trabalho com mais de dez técnicos e hoje nós estamos só com quatro".

Também deve ser levado em consideração o fato de que esta é uma região que não tinha tradição de assentamentos. Desta forma, o pouco conhecimento das próprias famílias atingidas sobre seu significado dificultava o trabalho de reassentamento delas. Os técnicos destacaram que este desconhecimento era tão forte que o trabalho deles tinha que ser intensificado para atingir os objetivos.

Na verdade, isto parece resultado do não aprofundamento de determinadas questões em razão das limitações de tempo e/ou do número de técnicos de campo. Em alguns núcleos, muitas pessoas reagiram e saíram em busca de alternativas de solução para o problema da terra. Os técnicos ressaltaram que não tiveram a oportunidade de voltar àquelas comunidades para fazer um trabalho mais apurado e saber realmente como estava o processo de conscientização da realidade. A propaganda negativa que muitos proprietários faziam do assentamento era muito prejudicial para o trabalho dos técnicos, segundo a própria avaliação deles.

Consolidação do Plano

O prazo para a consolidação do plano de reassentamento do Castanhão foi condicionado ao ritmo de trabalho em

virtude da grande área de abrangência. Inicialmente, foi feito o planejamento para trabalhar com 2.000 famílias rurais, incluindo todos os atingidos da zona rural. Tomou-se a decisão de trabalhar por núcleo e que cada núcleo seria composto por 50 famílias, totalizando 40 núcleos. Entretanto, os técnicos perceberam que na prática esta divisão não se concretizaria. Ao iniciarem os trabalhos de mobilização, viram que havia uma "ordem natural" que deveria ser preservada. No caso de Malhada Vermelha, por exemplo, o núcleo foi formado com mais de 160 famílias respeitando a história de organização desta comunidade.

As comunidades elegeram um representante em cada núcleo que deveriam participar posteriormente da elaboração de um "plano global" para todos os núcleos, como explicam os técnicos. Entretanto, percebia-se um certo pessimismo da parte dos profissionais que estavam mais diretamente envolvidos com o reassentamento. É provável que em parte isto fosse decorrência da herança deixada pelo trabalho inicial que foi realizado quando da desapropriação e indenização das famílias atingidas.

Considerações finais

Sabe-se que o deslocamento involuntário de famílias residentes em áreas selecionadas para a construção de barragens tem-se revelado doloroso, na maioria dos casos. Em geral, foi priorizada a "desocupação" da área ou a "transferência" das famílias, valorizando pri-

meiramente a implantação da obra de infraestrutura física em detrimento das condições de vida das pessoas atingidas.

O resgate da trajetória da construção do Castanhão, sob o ponto de vista das lideranças locais, dos técnicos que participaram do processo de reassentamento e da população rural atingida, pôde evidenciar características bastante peculiares a esse tipo de intervenção. De um modo geral, a comunidade procurou atuar em defesa dos seus interesses desde o processo de discussão do projeto até a luta pela garantia de um reassentamento digno e diferenciado daqueles que tiveram oportunidade de conhecer. Pode-se inferir que a relação com o Estado foi sempre muito difícil, mesmo na fase do reassentamento, apesar da utilização de uma abordagem participativa de planejamento.

A literatura especializada é carente de trabalhos que tenham enfatizado algum modelo alternativo de reassentamento rural. Mais recentemente, a experiência dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Ceará tem possibilitado a adaptação dessa abordagem para a problemática enfrentada pelos atingidos de barragens.

O "autodiagnóstico", enquanto estratégia de reassentamento, foi aqui analisado por meio do estudo das etapas de trabalho propostas no Plano de Reassentamento do Castanhão. Mesmo com alguns ajustes necessários, verificou-se que o desenvolvimento das etapas de trabalho estava em consonância com a referida estratégia, muito embora ainda se requeira uma avaliação sobre a efetividade desta metodologia para atingidos por barragens.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FARIA, Regina M. Avaliação de programas sociais – evolução e tendências. In: Rico, Elizabeth M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez/IEE, 1998.
- FONSECA, Maria Teresa L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la através da ação*.

- In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 34-41.
- HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ (IDACE). *Plano de ação do projeto de assentamento Cacimba Nova*. Fortaleza: IDACE, 1996.
- MARK, Melvin M.; HENRY, Gary T.; JULNES, George. *Evaluation: an integrated framework for understanding, guiding, and improving policies and programs*. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- MONTE, Francisca Silvanía de Sousa. *Efeitos da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE na qualidade de vida das famílias rurais da região – o caso do Reassentamento Cambeba*. 1999. 141p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.
- ROSSI, Peter H.; FREEMAN, Howard E.; LIPSEY, Mark W. *Evaluation: a systematic approach*, 6. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1999.
- SOUZA, José Ribamar Furtado de. Pesquisa, extensão e o agricultor: envolvimento, participação ou intervenção? O papel do profissional. *R. Econ. do Nordeste*. Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 205-238, abr./jun. 1995.
- SOUZA, José Ribamar Furtado de; FURTADO, Eliane Dayse P. *A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável*. Brasília: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000.

Resumen: El objetivo de ese trabajo es evaluar la metodología del Plan de Reasentamiento de las familias afectadas por el dique del embalse Castanhão ubicado en la región centro-sur de Ceará. Es importante comprender cómo se ha dado la participación de los sujetos imbricados en esa gran obra pública de infraestructura hídrica. Para ello, se han realizado entrevistas con líderes comunitarios, representantes de la iglesia católica, técnicos y personas afectadas por el dique, que posibilitasen la evaluación en la percepción de los principales actores. Se ha concluido que la relación de las comunidades con el Estado ha sido siempre muy difícil, pese la utilización de un abordaje participativo. Se ha verificado que el desarrollo de las fases del trabajo estaba en conformidad con la referida estrategia, pero necesitan todavía adecuaciones a la realidad del asentamiento involuntario.

Palabras Clave: Plan de reasentamiento; evaluación; metodología participativa.

Resumé: L'objectif de cette étude est d'évaluer la méthodologie du plan de réinstallation des familles affectées par le barrage du Castanhão, situé dans la région centre-sud du Ceará. Il est important de comprendre comment a été la participation des personnes impliquées dans cette grande œuvre de l'infrastructure publique d'eau. À cette fin, des entretiens ont eu lieu avec les dirigeants communautaires, des représentants de l'Eglise catholique, de techniciens et des personnes touchées par la construction du barrage, permettant l'évaluation sur la perception des principaux acteurs. Il est conclu que les relations des communautés avec l'État ont toujours été très difficiles, malgré l'utilisation d'une approche participative. Il semble que les étapes de développement du travail ont été en ligne avec cette stratégie, mais ont encore besoin d'être ajustées à la réalité des implantations involontaires.

Mots clés: plan de réinstallation, l'évaluation, la méthodologie participative.

Notas

- 1 Localizado na bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, Ceará, o açude Castanhão está situado nos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe. Três vezes e meio maior que o açude Orós, o Castanhão tem capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água.
- 2 Cidade localizada na região que foi inundada sendo substituída por Nova Jaguaribara.
- 3 Nucleação é o processo de identificação de grupos afins.
- 4 O Grupo Multiparticipativo para o Projeto Castanhão, o "grupão", foi criado por decreto do Governo estadual e precedeu o início das obras do açude Castanhão. Fazem parte dele os promotores do projeto e a sociedade civil, representada pelo poder municipal dos quatro municípios diretamente envolvidos, e representatividades das comunidades locais.
- 5 O Módulo Fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, definida para cada município, levando em consideração: o tipo de exploração predominante; a renda obtida na exploração; outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar.
- 6 Programa de capacitação e assistência técnica nos assentamentos de área de atuação do INCRA.
- 7 Até 2003, foram implementados os reassentamentos rurais de Caroba, Sossego, Alegre, Borges, Barra II, Santa Bárbara, Barra do Rio do Sangue e Velame, assegurando o reassentamento de 564 famílias.